

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo: 1441003 000171/2023

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Fornecimento de Bens com entrega: IMEDIATA

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

Modo de disputa: ABERTO/FECHADO

Licitação exclusiva para ME, EPP e equiparados para os benefícios do Decreto Estadual nº47.437/2018 e Lei Complementar nº123/2006.

OBJETO: Aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.

RECIBO

A Empresa _____ CNPJ n.º _____, retirou Edital de Pregão Eletrônico n.º _____ e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos e impugnações pelo e-mail: _____.

_____ aos _____ / _____ / _____.

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CPL/DEFENSORIA PÚBLICA PELO E-MAIL: compras@defensoria.mg.def.br PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO OU PRESTAR INFORMAÇÕES INCORRETAS NO MESMO.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ÍNDICE

01. PREÂMBULO.....	03
02. DO OBJETO.....	04
03. DO PEDIDO DE ESCLARESCIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO.....	04
04. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	05
05. DO CREDENCIAMENTO	07
06. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	09
07. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	10
08. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO.....	12
09. DA APRESENTAÇÃO DE PROSPECTO.....	17
10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO.....	17
11. DOS RECURSOS.....	20
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	21
13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	22
14. DA CONTRATAÇÃO	22
15. DA SUBCONTRATAÇÃO.....	22
16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO	22
17. DO PAGAMENTO	23
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	24
19. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS	26
20. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	29
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	41
ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES.....	42

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO

Processo: 1441003 000171/2023

1. PREÂMBULO

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Guajajaras nº 1.707, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.180-099, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº **1441003 000171/2023** na modalidade **Pregão Eletrônico**, do **tipo menor preço, no modo de disputa aberto/fechado**, em sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br, para a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, deste Edital.

Este Pregão será regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Estadual nº 14.167 de 10 de janeiro de 2002, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, pelo Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018, Decreto Estadual nº 47.524 de 06 de novembro de 2018, Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020 e subsidiariamente pela nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1.1. O Pregão será realizado por um dos pregoeiros e pela equipe de apoio, ambos designados pela Resolução DPMG nº.1074, de 24 de agosto de 2022.

1.2. A abertura da Sessão de Pregão terá início no dia **21 de dezembro de 2023**, às **10:00** horas.

1.3. Para todas as referências de tempo contidas neste edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.4. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I, Termo de Referência deste Edital.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>.

3.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail compras@defensoria.mg.def.br, observado o prazo previsto no item 3.1.

3.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais a indisponibilidade do sistema.

3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”).

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.

3.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.**

3.8. **As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.**

3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

3.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.

4.1.1. A participação na presente licitação é limitada a licitantes enquadrados como beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018;

4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.3.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e I do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.2. Agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.3.3. Produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.3.4. Microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.5. Sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR as empresas que:

4.4.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.4.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

4.4.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, I, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.4.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.4.8. Empresas reunidas em consórcio.

4.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 4.6.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento(s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso X I do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do anexo III do Edital:

4.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

4.7.2. que está ciente das condições contidas no Edital e seus anexos;

4.7.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXX I, da Constituição;

4.7.4. declaração de inexistência de fatos impeditivos da habilitação.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no *site* www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de Segunda-feira à Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

5.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 5.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº.47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

5.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e à documentação de habilitação deverão ser anexados no sistema, por upload, separadamente em campos próprios.

6.1.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e os documentos de habilitação deverão ser preferencialmente assinados eletronicamente.

6.1.1.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

6.1.2. As orientações para cadastro de proposta e envio dos documentos de habilitação encontram-se detalhadas no Manual Pregão Eletrônico - Decreto nº 48.012/2020 acessível pelo [Portal de Compras](#).

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

6.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº123/2006.

6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos abaixo, bem como, realizar o upload sua proposta comercial, conforme modelo constante no Anexo II - Proposta Comercial.

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Modelo;

7.1.4. Anexar em PDF arquivo referente à Proposta Comercial contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes presentes no Anexo I - Termo de Referência;

7.1.5. O preenchimento dos campos do sistema bem como o arquivo referente a Proposta Comercial anexada deverá se referir, individualmente, a cada lote.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

7.3.1. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

7.4. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que forem isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 43.080, de 2002, deverão informar na proposta, conforme anexo presente no Portal de Compras, os valores com e sem ICMS que serão classificados conforme itens abaixo.

7.4.1. Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, as informações relativas ao produto e ao preço resultante da dedução do ICMS, conforme Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003, alterada pela Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 4.670, de 5 de junho de 2014.

7.4.2. A classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços e a homologação serão realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

7.4.3. Os fornecedores mineiros não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme as disposições contidas nos subitens 7.4. e 7.4.1.

7.4.4. O disposto nos subitens 7.4. e 7.4.1. não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

7.4.5. Os fornecedores mineiros de que trata o subitem 7.4.4 deverão anexar às suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

7.4.6. O fornecedor mineiro isento de ICMS, caso seja vencedor, deverá enviar, quando solicitado pelo Pregoeiro, via chat, após a negociação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço com ICMS.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

data, horário e local indicado neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para cada lote.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

8.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo: valor total do lote.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

R\$ 10,00 (dez reais).

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.10. Encerrando o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas acima, poderão os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará os lances conforme sua vantajosidade.

8.13. Na ausência de lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Do empate ficto

8.20.1 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

8.20.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21. Do empate real

8.21.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

bens produzidos:

8.21.2.1. no país;

8.21.2.2. por empresas brasileiras;

8.21.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.21.2.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (dois) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.24. Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora

8.24.1. O critério de julgamento será o de **MENOR LANCE**, apurado de acordo com o Anexo II - Proposta Comercial.

8.24.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

8.24.2.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.24.2.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.24.2.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.24.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.24.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.24.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 24 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.24.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.24.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.24.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.24.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.24.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.24.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA APRESENTAÇÃO DE PROSPECTO

9.1. Para o lote 01, previsto no Termo de Referência, poderá ser solicitado ao licitante melhor classificado encaminhar juntamente com a proposta comercial ajustada o envio de documento complementar, tais como: PROSPECTO / FOLDER / CATÁLOGO / FICHA TÉCNICA/ ou documento equivalente para os bens ofertados contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes para avaliação e aprovação das especificações técnicas pela área demandante.

10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CAGEF;

b) CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;

c) CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalcompras/fornecedoresimpedidoscon.do>;

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.1.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

fornecimento similares, dentre outros.

10.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aqueles legalmente permitidos.

10.6. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.7. Habilitação Jurídica

10.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo II - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo III - Modelos de Declarações.

10.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

10.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

10.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.8. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda-CNPJ;

10.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

10.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário – CDT, que poderá ser emitida pelo site www.fazenda.mg.gov.br.

10.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço–FGTS.

10.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

10.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.9. Qualificação Econômico-Financeira

10.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos,

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail compras@defensoria.mg.def.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observado o prazo previsto no item 11.1.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

13.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. O instrumento de contrato será **dispensado** em consonância ao artigo 62 § 4 da Lei 8.666/93, devendo o mesmo ser substituído pela “Autorização de Fornecimento” a ser emitida pela Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias.

14.2. A contratação será formalizada por “Autorização de Fornecimento”, sendo o fornecedor convocado para aceitar ou retirar o documento, de acordo com os artigos 62 e 64 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda, obedecidas as disposições pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não se aplica.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia financeira para o presente certame.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira -

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE. Para os demais participantes, o pagamento será realizado a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, de acordo com normativo próprio a que se sujeita, mantendo-se os prazos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

17.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

17.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional daNF-e.

17.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

17.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

17.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.

17.1.6. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não arcará com eventuais acréscimos estabelecidos nas Notas Fiscais, que não estiverem previstos neste Instrumento.

17.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

17.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no do Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por escrito;

18.1.2. Multa de até:

18.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

18.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

18.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;

18.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

18.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

18.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4 e 18.1.5.

18.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

18.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

18.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

18.7. As sanções relacionadas nos itens 18.1.3 a 18.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

18.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

18.8.1. Retardarem a execução do objeto;

18.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

18.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

18.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

18.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS - LGPD

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

19.1. As PARTES obrigam-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

19.2. As PARTES deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente termo devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.

19.3. Os dados pessoais aos quais as PARTES tiverem acesso em razão da execução do presente termo não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

19.4. As PARTES ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

19.5. As PARTES devem implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.

19.6. As PARTES deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

19.7. As PARTES devem assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

19.8. As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.

19.9. As PARTES notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.

19.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente.

19.11. Eventuais responsabilidades das PARTES serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

19.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às PARTES decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a PARTE que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.

19.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações entre as PARTES.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

20.3. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos,

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

20.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

20.5. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.6. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse **público** decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.7. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

20.8. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 06 de dezembro 2023.

Bárbara de Araújo Meireles
Pregoeira

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO

Processo de Compras: 1441003 000171/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante, de acordo com condições estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	ITEM MATERIAL
01	TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - MATERIA-PRIMA: NYLON 100% POLIAMIDA; DIMENSOES: 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO); ESPESSURA: 0,50 MM; MOTOR: 1/3 KVA DE FORÇA; TENSAO: 220V	Unidade	3	001915150

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Tenda inflável com testeira, balcões nas laterais. Corda, sacola (embalagem individual)

Aplicação de marcas, textos adicionais, ilustrações e imagens. Medidas: 5,0m x 5,0m x 3,0m (altura), sendo 5,0m de vão. Espessura: 0,5mm.

Material: tecido nylon, 100% poliamida, 6.6 (fio far way) urdume título 240/35-24 fios, trama 240/35-21 fios.

Peso por metro: 195 g/metro linear por 1,40 de largura, tinto e resinado, espessura 0,50 mm, gramatura 320 g/metro linear.

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Diretoria de Compras e Contratos Tel. (31) 2522.8733 – e-mail: contratos@defensoria.mg.gov.br Rua Bernardo Guimarães, 2731 – 2º andar - Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP 30.140.085

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tingimento: a base de anilina ácida.

Resinagem: a base de resina acrílica com banho final de silicone Tratamento: antifungos Tensão de ruptura longitudinal e transversal: 70 kgf/ polegadas, rasgamento 10 kgf Tela: poliéster com filme de PVC, translúcido com emborrachamento uretanizado, tratamento ultravioleta Motor: 1/3 KVA de força / Tensão: 220V / Potência 245(w) / Corrente 3,20/1,60 (a) / Rotação 3300 (rpm) / Peso 4,6 (kg) Vazão: 10,8/11 (m3/min) / Pressão: 74/76 (mm ca) / Ruído 87 (dba) Instalação do material: será feita em qualquer superfície plana com amarração das cordas de atraques.

2.2. As logomarcas deverão ser aplicadas de acordo com layout elaborado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), conforme consta no Anexo I deste Termo de Referência

3. DO LOTE

Lote único com participação limitada a licitantes enquadrados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e cooperativas, conforme o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, no art. 17, da Lei Estadual 20.826/2013, no art. 6º, do Decreto 44.630/2007 e o art. 3º, da Resolução SEPLAG Nº 58/2007.

4. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

4.1. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, conforme previsto na Constituição Federal, EC 80, de 04/06/2014.

A DPMG realiza o Projeto Defensoria Pública Itinerante, que tem como objetivo promover o acesso à justiça e a garantia de direitos de cidadãs e cidadãos hipossuficientes. Ressalte-se que a DPMG também participa de eventos externos promovidos por Instituições parceiras.

Os referidos eventos são realizados em locais públicos, como praças, ruas ou parques, sendo que a estrutura de atendimento itinerante atualmente é composta dos veículos adaptados (van e ônibus) e equipamentos de informática, que oferecem o suporte necessário durante os atendimentos às Defensoras Públicas, Defensores Públicos, Servidoras Públicas, Servidores Públicos, Estagiárias e Estagiários.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Com o crescimento do número de atendimentos itinerantes, a aquisição das tendas infláveis irá incrementar os serviços prestados pela DPMG, proporcionando melhorias na estrutura de atendimento, uma vez que as tendas poderão ser utilizadas para que a população possa receber a assistência e orientações jurídicas nas diversas áreas de atuação da Instituição, bem como aguardar pelos atendimentos de maneira mais confortável.

5. DA MODALIDADE

5.1. O critério de aceitação das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

6.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei 10.520/2002 e do art. 2º da Lei Estadual 14.167/02.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

7.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de entregar os produtos de forma independente.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Não se aplica.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. LOCAL DE ENTREGA

9.1.1. As tendas deverão ser entregues no Almoxarifado Central da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, situado na Avenida Três, nº 311, Condomínio Parque Norte, Bairro Morro Alto, Vespasiano/MG, de 09:00h às 16:00h, próximo à Cidade Administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais.

9.1.2. A entrega deverá ser agendada junto ao Escritório do Almoxarifado Central da Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado, por meio das linhas telefônicas (31) 3621-7132 ou (31) 98312-6369.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1.3. A validade da proposta deverá ser no mínimo de 30 (trinta) dias.

9.2. PRAZO DE ENTREGA

9.2.1. O prazo de entrega será de 20 (trinta) dias corridos a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento – AF ou documento equivalente, emitida pela DPMG.

9.3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9.3.1. As tendas, objetos deste Termo, serão recebidas:

a) **Provisoriamente**, pela Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado para posterior comprovação de sua quantidade, qualidade e conformidade com a especificação e demais condições estabelecidas no Termo de Referência;

b) **Definitivamente**, pela Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias após comprovação do pleno atendimento às condições deste Termo de Referência, e de sua consequente aceitação em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante assinatura em Nota Fiscal e/ou confirmação via e-mail.

9.3.2. A Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento realizado em desacordo com as condições dispostas neste Termo.

9.3.3. Caso as tendas sejam rejeitadas, a CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias corridos para substituí-las, a partir da comunicação formal da CONTRATANTE.

9.3.4. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança do material/produto por ela fornecido à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

10. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

10.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III, do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o fornecimento, como representante da Administração.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.1.1. Para a presente contratação será designada a Coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, a Defensora Pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, MADEP 480, como Gestora.

10.1.2. Será designado a servidora Cíntia Alves da Costa, MASP: 7.000.129-2, como fiscal.

10.2. Caberá ao gestor:

10.2.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para correção;

10.2.2. Atestar a entrega do bem contratado no documento fiscal correspondente;

10.2.3. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante o fornecimento, se não abordadas no Termo de Referência;

10.2.4. Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento do bem licitado, sempre que a medida for considerada necessária.

10.3. Caberá ao fiscal:

10.3.1. Fiscalizar o fornecimento do bem, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

10.3.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, em relação ao fornecimento do bem contratado.

10.4. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

10.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

10.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

10.7. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial de contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 (e seguintes) do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº.8.666/93.

11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

11.1. Não se aplica.

12.1. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente apresentados.

13. GARANTIA

13.1. O prazo de garantia contra vícios ou defeitos será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo da CONTRATANTE.

14. DISPENSA DO CONTRATO

14.1. O instrumento de contrato será dispensado em consonância ao art. 62, § 4º da Lei 8.666/1993, devendo o mesmo ser substituído pela A.F., a ser emitida pela DPMG.

15. DAS OBRIGAÇÕES

15.1. DA CONTRATADA

15.1.1. Fornecer os produtos conforme as especificações e condições contidas neste Termo de Referência.

15.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

15.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

15.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto.

15.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

15.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.

15.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

15.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

15.1.9. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

15.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

15.1.12. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

15.2. DA CONTRATANTE

15.2.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do bem, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

15.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

15.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

15.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

15.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

15.2.6. Conceder prazo de 10 (dez) dias corridos, após a notificação, para a CONTRATADA substituir as tendas rejeitadas.

15.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

15.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

15.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Vedada a subcontratação.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual n.º 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no do Decreto nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no do Decreto nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.1.1. Advertência por escrito.

17.1.2. Multa de até:

17.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado.

17.1.2.2. 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

17.1.2.3. 20,0% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o tornem

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas.

17.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

17.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 17.1.1, 17.1.3, 17.1.4 e 17.1.5.

17.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

17.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

17.7. As sanções relacionadas nos itens 17.1.3 a 17.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

17.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

17.8.1. Retardarem a execução do objeto.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

17.8.2. Comportar-se de modo inidôneo.

17.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

17.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta reais).

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2023.

Silvana Lourenço Lobo - MADEP 0200

Coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais – ESDEP

Coordenadora de Desenvolvimento Institucional e Câmaras de Estudos

Coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias – em substituição

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

TENDA DE ATENDIMENTO ITINERANTE DPMG
Elementos gráficos e informações a aplicar no layout

Defensoria Pública Itinerante
www.defensoria.mg.def.br

Marca da Defensoria Pública Itinerante



**DEFENSORIA
PÚBLICA DE
MINAS GERAIS**

Marca da DPMG



Símbolo

*Acesso
gratuito
à Justiça*

Slogan

#justiçagratis

Hashtag

www.defensoria.mg.def.br

Endereço do site



Personagens do ônibus Defensoria Itinerante



Paleta de cores



Modelo / Referência

PROPOSTA DE DESIGN PARA A TENDA DEFENSORIA ITINERANTE



VISTA EM PERSPECTIVA E VISTA FRONTAL

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Diretoria de Compras e Contratos Tel. (31) 2522.8733 – e-mail: contratos@defensoria.mg.gov.br Rua Bernardo Guimarães, 2731 – 2º andar - Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP 30.140.085

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ESPECIFICAÇÕES



Tenda inflável com testeira
Balcões nas laterais
Corda, sacola (embalagem individual)
Aplicação de marcas, textos adicionais, ilustrações e imagens
Medidas: 5,0m x 5,0m x 3,0m (altura), sendo 5,0m de vão
Espessura: 0,5mm
Material: tecido nylon, 100% poliamida, 6.6 (fio far way) urdume título 240/35-24
fios, trama 240/35-21 fios
Peso por metro: 195 g/metro linear por 1,40 de largura, tinto e resinado, espessura
0,50 mm, gramatura 320 g/metro linear
Tingimento: a base de anilina ácida



Resinagem: a base de resina acrílica com banho final de silicone
Tratamento: antifungos
Tensão de ruptura longitudinal e transversal: 70 kgf/ polegadas, rasgamento 10 kgf
Tela: poliéster com filme de PVC, translúcido com emborrachamento uretanizado, tratamento ultravioleta
Motor: 1/3 KVA de força / Tensão: 220V / Potência 245(w) / Corrente 3,20/1,60 (a) / Rotação 3300 (rpm) / Peso 4,6 (kg)
Vazão: 10,8/11 (m3/min) / Pressão: 74/76 (mm ca) / Ruído 87 (dba)
Instalação do material: será feita em qualquer superfície plana com amarração das cordas de atraques

PALETA DE CORES:

	CMYK: 15/00/77/00 #E8E452		CMYK: 89/00/74/00 #00A069		CMYK: 83/45/60/51 #214843		CMYK: 00/00/00/100 #1D1D1B		CMYK: 00/00/00/00 #FFFFFF
--	------------------------------	--	------------------------------	--	------------------------------	--	-------------------------------	--	------------------------------

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO

Processo de Compras: 1441003 000171/2023

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1441003 000171/2023

(preenchida em papel timbrado do proponente)

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço / Telefone:	
Nome do Representante Legal:	
C.I e CPF do Representante Legal:	

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.DE FORNEC.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - MATERIA-PRIMA: NYLON 100% POLIAMIDA; DIMENSOES: 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO); ESPESSURA: 0,50 MM; MOTOR: 1/3 KVA DE FORCA; TENSAO: 220V	03	UN.	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA					30 DIAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO

Processo de Compras: 1441003 00171/2023

ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ declara sob as penas da Lei que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no Pregão Eletrônico nº 1441003 000171/2023, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2023.

Identificação do Declarante

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DE MENORES

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2023.

Identificação do Declarante

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições contidas neste edital e seus anexos.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2023.

Identificação do Declarante

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE DECRETO ESTADUAL Nº 47.437, de 2018 A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no item 5.3 deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 2018.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2023.

Identificação do Declarante



Relatório de notificação de coleta de preços

Procedimento: Coleta de preços

Nº da coleta: 1441003 000107/2023

Regra de participação: Aberto a todos

Órgão ou Entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade administrativa: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Tipo de notificação: Todos os fornecedores

Data/hora da abertura: 21/08/2023 08:00

Data/hora da fechamento: 23/08/2023 18:00

Número de representantes que deveriam ter sido notificados: 57

Número de representantes que receberam a notificação: 57

Situação: Finalizada

Justificativa da seleção dos fornecedores: -

Notificação em 18/08/2023 18:00:00h - Ocorreram erros no envio de alguns e-mails

Dados dos fornecedores

Fornecedor	E-mail do representante	Notificação realizada com sucesso?	Data/hora do envio do e-mail
51.187.213/0001-05 - 51.187.213 GREGORY SALOME AYRUTH BACHA	gothamcomunicacao@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:39
44.179.748/0001-79 - CASA DOS BRINDES GV LTDA	casadosbrindesgv@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:39
46.083.428/0001-46 - ROTTA INFLAVEIS LTDA	rottamidialicitacoes@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:39
35.429.671/0001-57 - DELIANE CRISTINA DA SILVA NOGUEIRA 10822247666	deliane1990vrb@yahoo.com	Sim	18/08/2023 18:00:39
47.618.119/0001-96 - 47.618.119 JEFERSON SILVA BARBOSA	jeferson.jsb@outlook.com	Sim	18/08/2023 18:00:39
32.902.224/0001-85 - 32.902.224 JOSIANI DE OLIVEIRA FARIA	multscreenlicit@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:39
17.989.977/0001-86 - MOLDURAS PEREIRA LTDA	licitacao@molduraspereira.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:39
47.642.823/0001-84 - JULIA INGRID MAIA 16308493678	vendas@arteplacas.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:39
43.874.371/0001-05 - MARIA EDUARDA FELIZARI LTDA	licitacao@vollight.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:39
22.760.065/0001-78 - REZENDE & FERREIRA SOLUCOES VISUAIS LTDA - ME	rezendesamuel1@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
22.639.468/0001-63 - L. BACKES	bandersul2015@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38

RELATÓRIO DE NOTIFICAÇÃO DE COLETA DE PREÇOS

30.389.315/0001-33 - HOBBY MEDALS ARTIGOS FINOS EM MADEIRA LTDA	financeiro@hobbymedals.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
25.889.429/0001-02 - ANTONIO DURAES NETO -ME	graficaeliane32311613@yahoo.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
02.488.758/0001-46 - TIMES COMUNICACAO E SERVICOS LTDA -ME	marycbcoelho@icloud.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
38.358.078/0001-55 - JESSICA DE FATIMA PIRES DA SILVA 09358521660	jessica_sop@hotmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
06.228.867/0001-85 - T&T CONSTRUCOES E PROJETOS EIRELI	t.t.construcoeseprojetos@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
19.288.485/0001-99 - R & S COMUNICACAO VISUAL EIRELI - EPP	rsvisual21@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
41.626.675/0001-28 - ALIGRAF COMUNICACAO VISUAL LTDA	pedrohe.ferreira@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
01.896.747/0001-32 - ACAA SINALIZACAO LTDA -ME	contato@acaasinalizacao.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
01.710.143/0001-50 - PRISMA VISUAL LTDA -ME	prisma@prismaitauna.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
13.586.248/0001-28 - VITORIA DIGITAL LTDA	machadodigital31@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
00.916.984/0001-55 - CLEUZA MARIA MARQUES ME	consultorialicita20@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
21.609.684/0001-01 - MOB LIX SERVICOS URBANOS EIRELI	cutlaser.mobiliario@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
01.069.808/0001-98 - RANNIPLAST IND E COMERCIO ARTIGOS PLASTICOS LTDA	valmirrepresentacoescomerciais@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
33.896.905/0001-40 - LEDD COMUNICACAO VISUAL LTDA	comercial.ledd@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
31.344.512/0001-07 - MERCOPLACAS PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA	engenheirolucasleite@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
04.022.245/0001-70 - MIDIA COMUNICACAO VISUAL LTDA	julio@signprint.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
13.934.459/0001-04 - M4 EVENTOS, COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	condorgcp@yahoo.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
15.372.421/0001-10 - ACRIL SINALIZACAO LTDA - EPP	pecasacril@uol.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
25.403.162/0001-00 - MAPA COMUNICACAO VISUAL E PLACAS - EIRELI - EPP	contato@mapaplacas.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
07.022.409/0001-58 - NOVA IMPRESSAO COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	financeiro@novaimpressao.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
29.797.019/0001-92 - DALMO EUSTAQUIO GOMES 31791190634 - ME	dwgbrindes@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
26.580.638/0001-32 - JULIANA DANIELA CARLA SABINO DOS SANTOS - ME	masteracessibilidade@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
13.155.266/0001-55 - PROJETO PLACAS COMUNICACAO VISUAL LTDA	fabiprojetoplacas@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
28.168.218/0001-79 - JAV COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP	financeiro@atualimpressoedigitais.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
28.432.991/0001-09 - PLACAS MARINHO COMERCIO E SERVICOS EIRELI	placasmarinho@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
21.892.302/0001-91 - MARCAM INDUSTRIAL LTDA -EPP	renato@marcamindustrial.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
13.155.266/0001-55 - PROJETO PLACAS COMUNICACAO VISUAL LTDA	projetoaplacasbr@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
21.084.202/0001-39 - BR COMUNICACAO VISUAL LTDA.	administrativo@brasilcv.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
05.601.507/0001-14 - LETRARTE PLACAS LTDA - ME	letrarteplacas@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
13.838.932/0001-50 - DNA SIGNS OBRAS E SERVICOS EIRELI ME	dna_signs@hotmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
19.814.481/0001-05 - SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL, COMERCIO, SERVICOS E TELECOMUNICACOES LTDA	silkbrindes@live.com	Sim	18/08/2023 18:00:38

RELATÓRIO DE NOTIFICAÇÃO DE COLETA DE PREÇOS

21.018.627/0001-40 - EQUIPAN LTDA - EPP	diretoria@equipan.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
07.451.574/0001-25 - PROMAC INDUSTRIAL PRODUTOS DE METAIS LTDA	financeiro@promacindustrial.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
07.260.815/0001-59 - WANJOUR COMERCIO DE METAIS, JOIAS E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	wanjour@uol.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
26.073.890/0001-55 - MAG MINAS ARTES GRAFICAS LTDA -EPP	magminas@terra.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
12.278.276/0001-15 - TOLDOS BRASIL LTDA ME	paulo.henriqueunai@hotmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
19.173.186/0001-09 - ACRILDAM INDUSTRIA E COMERCIO ARTEFATOS DE ACRILICO LTDA -EPP	acrildam@acrildam.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
25.923.723/0001-93 - MOURA MATOS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	evane@mouramatos.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:38
01.955.898/0001-14 - SC EDITORA GRAFICA LTDA -EPP	scgrafica@hotmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
21.649.199/0001-53 - ATUAL PLACAS LTDA - EPP	financeiro@atualplacas.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
42.941.690/0001-23 - BR DISPLAYS LTDA	licitacao@braspremium.com	Sim	18/08/2023 18:00:38
35.278.798/0001-12 - DORNELAS & MACIEL LTDA	atendimento@dornelasgraf.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:27
07.680.470/0001-92 - ECM COMERCIAL E SERVICOS EIRELI	ecomercialme@hotmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:26
23.035.184/0001-20 - PROCER TECNOLOGIA EIRELI	thiago@confiancati.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:25
31.137.747/0001-10 - AXIA DESIGN - ANDARAI TRANSPORTES & ESPETACULO LAVA A JATO LTDA	axiadesign@axiadesign.com.br	Sim	18/08/2023 18:00:19
18.493.830/0001-63 - META X INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	metaxlicitacoes@gmail.com	Sim	18/08/2023 18:00:09



Mapa comparativo de preços

Número da coleta: 1441003 000107/2023

Data da vigência: 22/10/2023

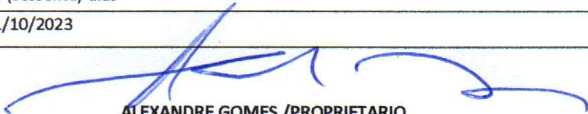
Cód. do Item	Desc. do item	Unid. de aquisição / fornecimento	Qtde.	Cidade	Nº de participantes	Maior preço (R\$)	Menor preço (R\$)	Média de preços (R\$)	Banco melhores preços (R\$)
001915150	TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - NYLON 100% POLIAMIDA 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO) 0,50 MM 1/3 KVA DE FORCA 220V 001915150	UNIDADE	3,0000	Belo Horizonte	0	0,00	0,00	0,00	0,00

FAÇA DE SUA MARCA OU PRODUTO UM DESTAK !!!

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social:	DESTAK COMERCIO DE BALÕES INFLAVEIS LTDA
CNPJ:	07.881.639/0001-72
Endereço:	RUA PAULINO PIRES DOMINGUES, 223 CAUCAIA DO ALTO – COTIA / SP
Telefone/Fax:	(11) 3686-8708 / 99948-8895
Data:	31/10/2023

Descrição	Unid. de fornecimento	Quant.	Valor unitário	Valor total
Tenda inflável com testeira Balcões nas laterais Corda, sacola (embalagem individual) Aplicação de marcas, textos adicionais, ilustrações e imagens Medidas: 5,0m x 5,0m x 3,0m (altura), sendo 5,0m de vão Espessura: 0,5mm Material: tecido nylon, 100% poliamida, 6.6 (fio far way) urdume título 240/35-24 fios, trama 240/35-21 fios Peso por metro: 195 g/metro linear por 1,40 de largura, tinto e resinado, espessura 0,50 mm, gramatura 320 g/metro linear Tingimento: a base de anilina ácida Resinagem: a base de resina acrílica com banho final de silicone Tratamento: antifungos Tensão de ruptura longitudinal e transversal: 70 kgf/ polegadas, rasgamento 10 kgf Tela: poliéster com filme de PVC, translúcido com emborrachamento uretanizado, tratamento ultravioleta Motor: 1/3 KVA de força / Tensão: 220V / Potência 245(w) / Corrente 3,20/1,60 (a) / Rotação 3300 (rpm) / Peso 4,6 (kg) Vazão: 10,8/11 (m3/min) / Pressão: 74/76 (mm ca) / Ruído 87 (dba) Instalação do material: será feita em qualquer superfície plana com amarração das cordas de atraques	Unidade	3	R\$ 6.900,00	R\$ 20.700,00

Prazo de Validade da Proposta:	60 (sessenta) dias
Data:	31/10/2023
 ALEXANDRE GOMES /PROPRIETARIO Assinatura	

Atenciosamente,

ALEXANDRE GOMES
CONTATO@DESTAKBALOES.COM.BR
TEL: (11) 3686-8708 / 99948-8895

DESTAK BALOES
FAÇA DE SEU PRODUTO UMA MARCA DE DESTAK

WWW.DESTAKBALOES.COM.BR



Re: Solicita orçamento

Natalia Cristina <comercial3@biginflaveis.com.br>

Sex, 10/11/2023 14:08

Para:Projetos E Convenios <projetos@defensoria.mg.def.br>

📎 2 anexos (850 KB)

ORÇAMENTO.docx; image.png;

Boa tarde,

segue em anexo

[Clique aqui](#) para iniciar uma conversa agora via whatsapp

Natália Cristina
Assistente de vendas | Big
Infláveis
Tel.: (11) 2446 3333 Opção 2
E-mail: comercial3@biginflaveis.com.br

Saiba mais sobre nosso
trabalho <https://linktr.ee/BigFormat>

Compre através do cartão BNDES: Juros menos de 0,9% ao mês em até 48x, consulte.

Av.Papa João Paulo I, 2.578 • Jardim São Luiz - Guarulhos, SP 07170-350 • Brasil

Em sex., 10 de nov. de 2023 às 10:47, Projetos E Convenios <projetos@defensoria.mg.def.br> escreveu:

Prezada Natália, bom dia!

Primeiramente, agradecemos pelo retorno. No entanto, não conseguimos abrir o orçamento.

Pedimos por gentileza preencher o formulário anexo, que o documento padrão de orçamento.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Marise Alves



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

**COORDENADORIA DE PROJETOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS - CooProC**
Rua Guajajaras, nº 1707, 8º andar, Barro Preto
CEP: 30180-099 Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3526-0321 / 0399
E-mail: projetos@defensoria.mg.def.br

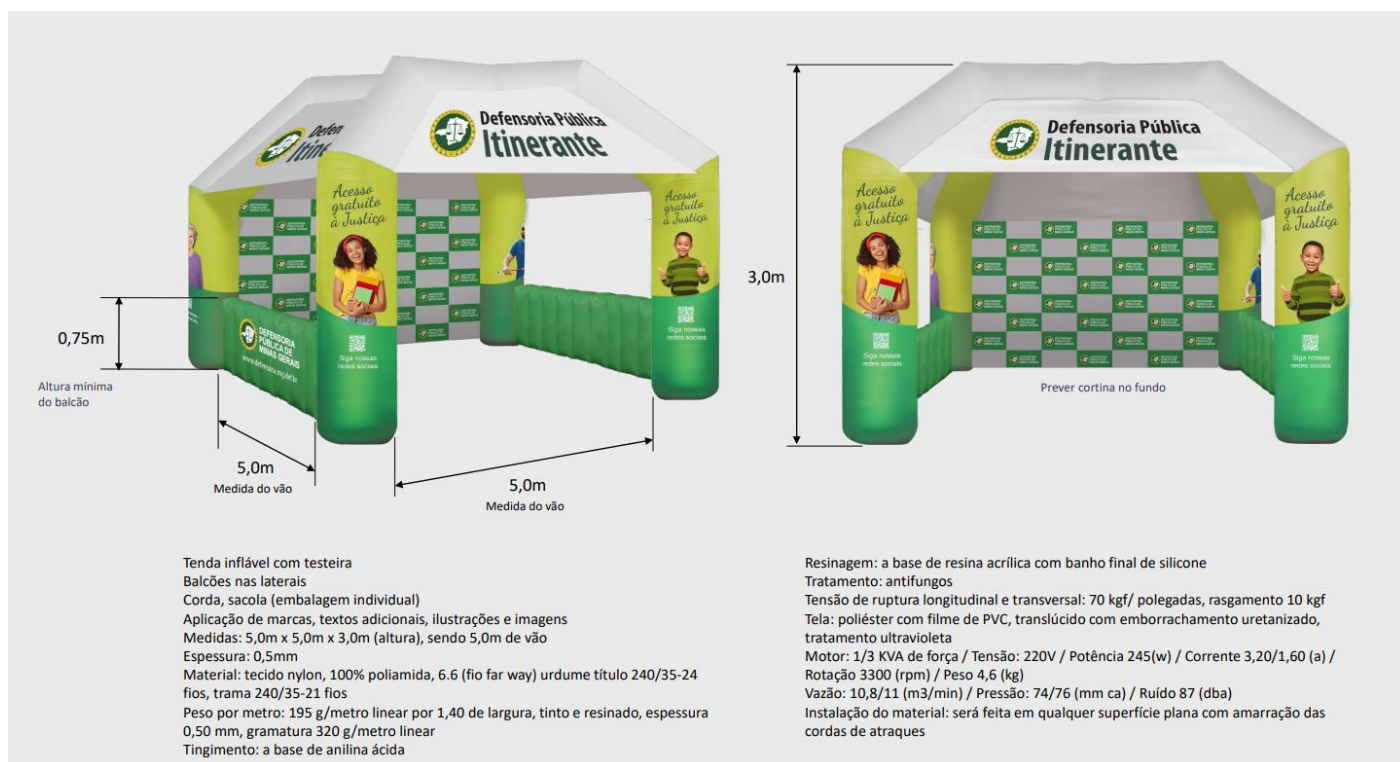
PREENCHER EM PAPEL COM LOGO DA EMPRESA

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social:	A & G CONFECÇÃO DE INFLAVEIS LTDA – EPP
CNPJ:	07.654.565/0001-31
Endereço:	Av. Papa João Paulo I, 2578 - Jardim Pres. Dutra, Guarulhos - SP, 07170-350
Telefone/Fax:	(11) 2446-3333
Data:	10/11/2023

Descrição	Unid. de fornecimento	Quant.	Valor unitário	Valor total
Tenda inflável com testeira Balcões nas laterais Corda, sacola (embalagem individual) Aplicação de marcas, textos adicionais, ilustrações e imagens Medidas: 5,0m x 5,0m x 3,0m (altura), sendo 5,0m de vão Espessura: 0,5mm Material: tecido nylon, 100% poliamida, 6.6 (fio far way) urdume título 240/35-24 fios, trama 240/35-21 fios Peso por metro: 195 g/metro linear por 1,40 de largura, tinto e resinado, espessura 0,50 mm, gramatura 320 g/metro linear Tingimento: a base de anilina ácida Resinagem: a base de resina acrílica com banho final de silicone Tratamento: antifungos Tensão de ruptura longitudinal e transversal: 70 kgf/polegadas, rasgamento 10 kgf Tela: poliéster com filme de PVC, translúcido com emborrachamento uretanizado, tratamento ultravioleta Motor: 1/3 KVA de força / Tensão: 220V / Potência 245(w) / Corrente 3,20/1,60 (a) / Rotação 3300 (rpm) / Peso 4,6 (kg) Vazão: 10,8/11 (m3/min) / Pressão: 74/76 (mm ca) / Ruído 87 (dba) Instalação do material: será feita em qualquer superfície plana com amarração das cordas de atraques	Unidade	3	R\$ 8.810,00	R\$ 26.430,00

Prazo de Validade da Proposta:	60 (sessenta) dias *Obs Validade da proposta é de 15 dias
Data:	10/11/2023
Natália/Consultora Natália Cristina	



RES: Solicita orçamento

Lena Santos | Zion Propaganda Inflável <contato@propagandainflavel.com.br>

Seg, 13/11/2023 10:59

Para:Projetos E Convenios <projetos@defensoria.mg.def.br>

📎 1 anexos (617 KB)

Solicitação de orçamento- Email - Marise Alves.docx;

BOM DIA!

Segue Orçamento em anexo

Desde já agradecemos.

Atenciosamente
Lena Santos

Lena Santos | (11) 91324-4658 | contato@propagandainflavel.com.br



De: Projetos E Convenios [mailto:projetos@defensoria.mg.def.br]

Enviada em: terça-feira, 31 de outubro de 2023 12:25

Para: contato@propagandainflavel.com.br

Assunto: Solicita orçamento

À Empresa Zion Propaganda Inflável

Prezadas(os):

Cumprimentando-as(os), solicitamos por gentileza o fornecimento de orçamentos de tendas infláveis de acordo com as especificações constantes no arquivo anexo.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Marise Alves



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

**COORDENADORIA DE PROJETOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS - CooproC**
Rua Guajajaras, nº 1707, 8º andar, Barro Preto
CEP: 30180-099 Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3526-0321 / 0399
E-mail: projetos@defensoria.mg.def.br

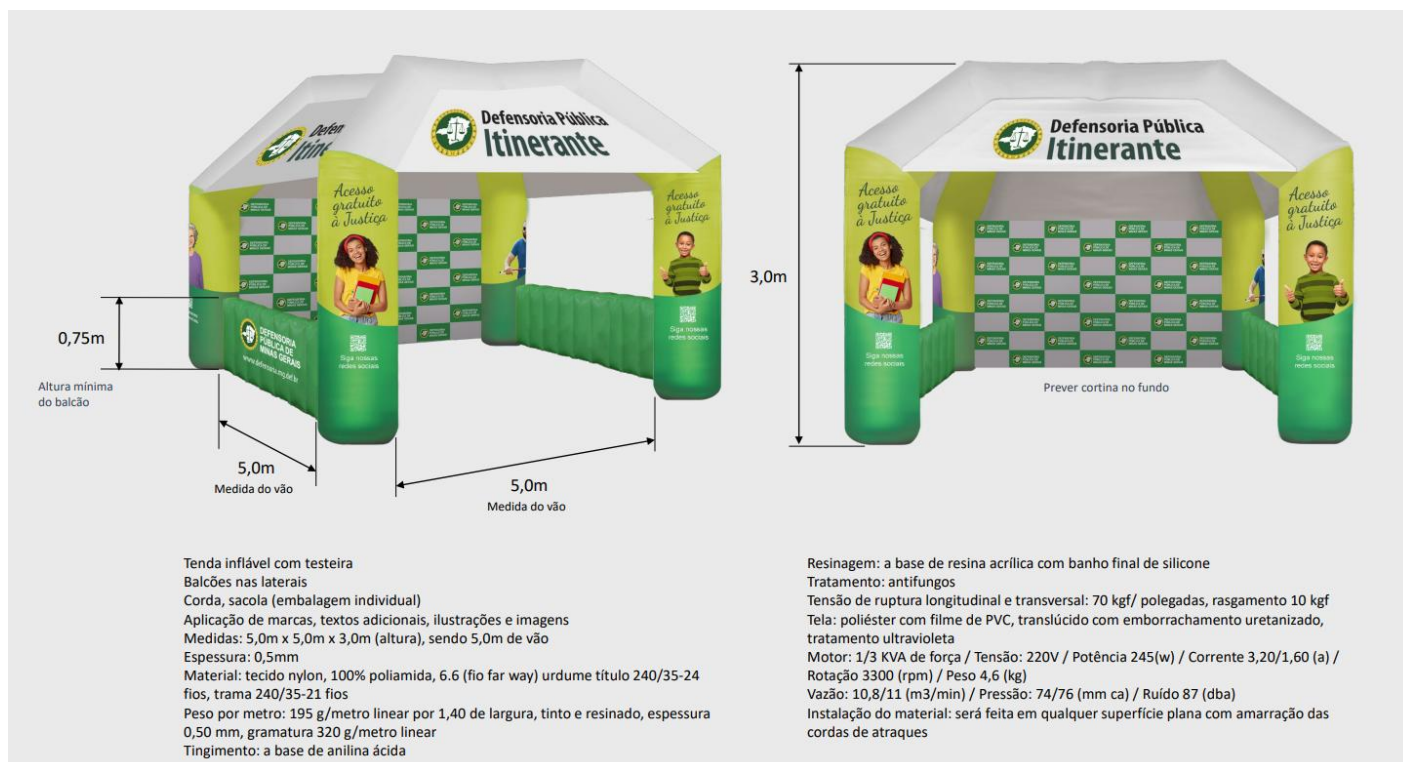
PREENCHER EM PAPEL COM LOGO DA EMPRESA

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social	ZION PROPAGANDA INFLÁVEL LTDA
CNPJ:	49.147.121/0001-50
Endereço:	R.CAPITÃO ZINEUS SIMINATO, 500 – JD. ADRIANA - GUARULHOS
Telefone/Fax:	(11)91324-4658 (11) 94820-4555
Data:	31/10/2023

Descrição	Unid. de fornecimento	Quant.	Valor unitário	Valor total
Tenda inflável com testeira Balcões nas laterais Corda, sacola (embalagem individual) Aplicação de marcas, textos adicionais, ilustrações e imagens Medidas: 5,0m x 5,0m x 3,0m (altura), sendo 5,0m de vão Espessura: 0,5mm Material: tecido nylon, 100% poliamida, 6.6 (fio farway) urdume título 240/35-24 fios, trama 240/35-21 fios Peso por metro: 195 g/metro linear por 1,40 de largura, tinto e resinado, espessura 0,50 mm, gramatura 320 g/metro linear Tingimento: a base de anilina ácida Resinagem: a base de resina acrílica com banho final de silicone Tratamento: antifungos Tensão de ruptura longitudinal e transversal: 70 kgf/ polegadas, rasgamento 10 kgf Tela: poliéster com filme de PVC, translúcido com emborrachamentouretanizado, tratamento ultravioleta Motor: 1/3 KVA de força / Tensão: 220V / Potência 245(w) / Corrente 3,20/1,60 (a) / Rotação 3300 (rpm) / Peso 4,6 (kg) Vazão: 10,8/11 (m3/min) / Pressão: 74/76 (mm ca) / Ruído 87 (dba) Instalação do material: será feita em qualquer superfície plana com amarração das cordas de atraques	Unidade	3	Tendas 5x5m vão livres R\$ 5.500 Balcões nas laterais R\$ 450,00 Cortina Retrátil R\$ 450,00	3- TENDAS R\$ 16.500 6- Balcões laterais R\$ 2.700 3- Cortinas R\$ 2.700 VALOR TOTAL R\$ 21.900

Prazo de Validade da Proposta:	30 (sessenta) dias
Data: 31/11/2023	
Nome: Lena Santos Cargo: Gerente de Vendas Ass: LenaSantos	



INFORMAÇÃO

Ilma. Coordenadora

Bárbara de Araújo Meireles

Cumprimentando-a, pelo presente solicitamos por gentileza que seja desconsiderado o orçamento (ID 0175468), da empresa Zion Propaganda Inflável, vez que, devido a incorreções na descrição e valores informados, foi necessária a alteração do orçamento pela empresa.

Esclarecemos que ao inserir o orçamento no processo SEI, ao invés de inserir o orçamento alterado, foi anexado o orçamento anterior (incorreto).

Sendo assim, pedimos para **desconsiderar** o orçamento no valor de R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais) e **considerar** o orçamento correto, cujo valor é de R\$ 20.550,00 (vinte mil, quinhentos e cinquenta reais).

Desta forma, o preço médio das tendas condiz com o valor constante no valor do Termo de Referência atual (ID 0173872), que é de R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta reais).

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.

Marise Alves Ferreira
Auxiliar Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Marise Alves Ferreira, Auxiliar Administrativo**, em 20/11/2023, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0175828** e o código CRC **6EBC7491**.

RES: Solicita orçamento

Lena Santos | Zion Propaganda Inflável <contato@propagandainflavel.com.br>

Seg, 13/11/2023 10:59

Para:Projetos E Convenios <projetos@defensoria.mg.def.br>

📎 1 anexos (617 KB)

Solicitação de orçamento- Email - Marise Alves.docx;

BOM DIA!

Segue Orçamento em anexo

Desde já agradecemos.

Atenciosamente
Lena Santos

Lena Santos | (11) 91324-4658 | contato@propagandainflavel.com.br



De: Projetos E Convenios [mailto:projetos@defensoria.mg.def.br]

Enviada em: terça-feira, 31 de outubro de 2023 12:25

Para: contato@propagandainflavel.com.br

Assunto: Solicita orçamento

À Empresa Zion Propaganda Inflável

Prezadas(os):

Cumprimentando-as(os), solicitamos por gentileza o fornecimento de orçamentos de tendas infláveis de acordo com as especificações constantes no arquivo anexo.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Marise Alves



DPMG
DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

**COORDENADORIA DE PROJETOS,
CONVÊNIOS E PARCERIAS - CooproC**
Rua Guajajaras, nº 1707, 8º andar, Barro Preto
CEP: 30180-099 Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3526-0321 / 0399
E-mail: projetos@defensoria.mg.def.br

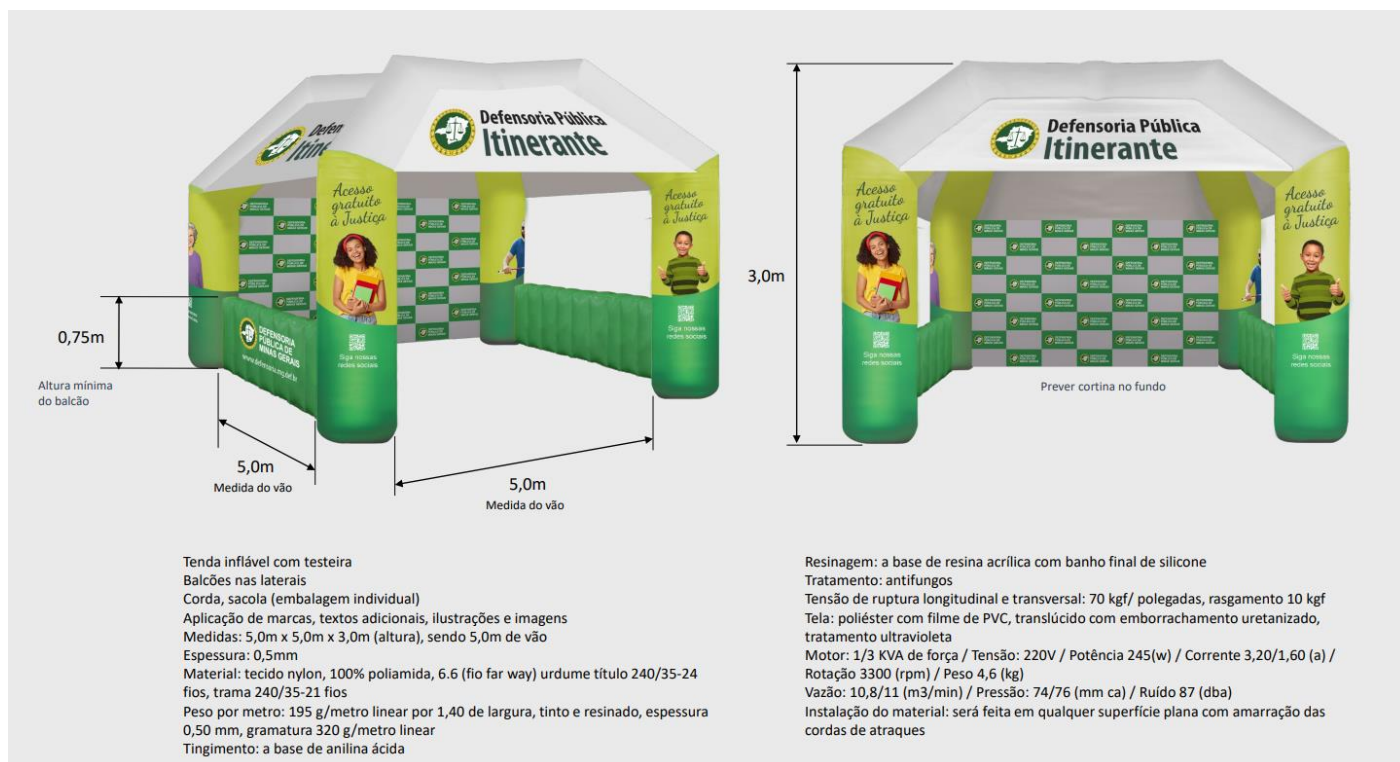
PREENCHER EM PAPEL COM LOGO DA EMPRESA

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social	ZION PROPAGANDA INFLÁVEL LTDA
CNPJ:	49.147.121/0001-50
Endereço:	R.CAPITÃO ZINEUS SIMINATO, 500 – JD. ADRIANA - GUARULHOS
Telefone/Fax:	(11)91324-4658 (11) 94820-4555
Data:	13/11/2023

Descrição	Unid. de fornecimento	Quant.	Valor unitário	Valor total
Tenda inflável com testeira Balcões nas laterais Corda, sacola (embalagem individual) Aplicação de marcas, textos adicionais, ilustrações e imagens Medidas: 5,0m x 5,0m x 3,0m (altura), sendo 5,0m de vão Espessura: 0,5mm Material: tecido nylon, 100% poliamida, 6.6 (fio farway) urdume título 240/35-24 fios, trama 240/35-21 fios Peso por metro: 195 g/metro linear por 1,40 de largura, tinto e resinado, espessura 0,50 mm, gramatura 320 g/metro linear Tingimento: a base de anilina ácida Resinagem: a base de resina acrílica com banho final de silicone Tratamento: antifungos Tensão de ruptura longitudinal e transversal: 70 kgf/polegadas, rasgamento 10 kgf Tela: poliéster com filme de PVC, translúcido com emborrachamentouretanizado, tratamento ultravioleta Motor: 1/3 KVA de força / Tensão: 220V / Potência 245(w) / Corrente 3,20/1,60 (a) / Rotação 3300 (rpm) / Peso 4,6 (kg) Vazão: 10,8/11 (m3/min) / Pressão: 74/76 (mm ca) / Ruído 87 (dba) Instalação do material: será feita em qualquer superfície plana com amarração das cordas de atraques	Unidade	3	R\$ 6.850	R\$ 20.550

Prazo de Validade da Proposta:	30 (sessenta) dias
Data: 13/11/2023	
Nome: Lena Santos Cargo: Gerente de Vendas Ass: LenaSantos	



PARECER JURÍDICO

Processo Sei nº 9990000001.007318/2023-01

PARECER n.º 205/2023

Exma. Sra. Defensora Pública-Geral,
Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias,

EMENTA: Pregão nº 171/2023 – aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante – Aprovado.

I – RELATÓRIO

1.1 Trata-se de processo administrativo destinado à realização de pregão eletrônico visando à aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante, conforme solicitação originária da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias - CooProC (0155471) e Termo de Referência (0173872).

1.2. Instruem os autos os seguintes documentos constantes no SEI:

Nº SEI	Documento	Data	Unidade
0155471	Solicitação de compras	26/09/2023	COOPROC
0155472	Orçamento empresa 1 Mega infláveis	26/09/2023	COOPROC
0155475	Orçamento empresa 2 Big Format	26/09/2023	COOPROC
0155476	Orçamento empresa 3 Novidades Infláveis	26/09/2023	COOPROC
0155489	Consulta Coleta de Preços	21/08/2023	COOPROC
0155490	Mapa de Preços Resultado	21/08/2023	COOPROC
0155491	Termo de Referência	26/09/2023	COOPROC
0155512	Memorando 46 / 040 CooProC/DPMG	26/09/2023	COOPROC
0155873	Despacho	27/09/2023	SRLI
0156157	Memorando 47 / 041/2023 - CooProC/DPMG	28/09/2023	COOPROC
0159052	Memorando 582	04/10/2023	SRLI/DCC/SC
0159624	Relatório de Item de Material/Serviço	05/10/2023	SRLI/DCC/SC
0159625	Solicitação de Dotação Orçamentária e Financeira	05/10/2023	SRLI/DCC/SC
0173809	Memorando 61 / nº 048/2023 CooProC/DPMG	14/11/2023	COOPROC
0173852	Orçamento empresa 1 Destak Balões Infláveis	14/11/2023	COOPROC
0173857	Email Empresa 2 - A & G Confecção de Infláveis	14/11/2023	COOPROC

0173861	Orçamento Empresa 2 - A & G Confecção de Infláveis	14/11/2023	COOPROC
0173864	Email Empresa 3 - Zion Propaganda Inflável	14/11/2023	COOPROC
0173868	Orçamento Empresa 3 - Zion Propaganda Inflável	14/11/2023	COOPROC
0173872	Termo de Referência TR Tendas Infláveis	14/11/2023	COOPROC
0173972	Despacho	14/11/2023	SRLI
0175468	Solicitação de Dotação Orçamentária e Financeira	17/11/2023	SRLI/DCC/SC
0175828	Informação Correção de orçamento 3	20/11/2023	COOPROC
0175861	Email Empresa 3 - Zion Propaganda Inflável	13/11/2023	COOPROC
0175874	Orçamento corrigido Empresa 3 Zion Propaganda Inflável	13/11/2023	COOPROC
0176056	Solicitação de Dotação Orçamentária e Financeira	20/11/2023	SRLI/DCC/SC
0176101	Declaração de disponibilidade orçamentária	20/11/2023	SPGF/DPOMA
0178991	Relatório do Portal de Compras	27/11/2023	SRLI/DCC/SC
0179033	Minuta (Autorização para realização de licitação)	27/11/2023	SRLI/DCC/SC
0179042	Minuta (do Edital)	27/11/2023	SRLI/DCC/SC
0179045	Resolução da Comissão de Licitação	27/11/2023	SRLI/DCC/SC
0179047	Memorando 757	27/11/2023	SRLI/DCC/SC
0179922	Memorando 83	29/11/2023	ASSJUR
0180664	Minuta (Dispensa do Instrumento de Contrato)	29/11/2023	SRLI/DCC/SC
0180665	Minuta (do Edital)	29/11/2023	SRLI/DCC/SC
0180667	Memorando 773	29/11/2023	SRLI/DCC/SC

1.3. Nesses termos, o procedimento foi encaminhado para esta Assessoria Jurídica para análise de sua regularidade jurídica, conforme determina o art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

1.4. É o relatório. Passa-se à análise.

II – FUNDAMENTAÇÃO

2.1. No âmbito do Estado de Minas Gerais, a matéria está regulamentada pelo Decreto n.º 48.012, de 22 de julho de 2020, que trata da modalidade de licitação denominada pregão eletrônico, nos termos do art. 1º da Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.

2.2. *In casu*, verifica-se no termo de referência, item 6, declaração de que se trata de bens comuns, por isto, em face da referida manifestação passível de ser licitado por meio da modalidade licitatória pregão eletrônico.

2.3. Conforme determina o art. 7º da Lei nº 14.167/02, a fase preparatória do pregão deve observar diversas exigências.

2.3.1 Em **primeiro lugar** se fazem necessário, nos termos do inc. I, que a autoridade competente ou aquele a quem foi delegada competência, o ordenador de despesas ou o agente encarregado da compra, demonstre a necessidade da contratação, defina o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento

e as cláusulas do contrato, ou dispensa deste, inclusive os prazos para fornecimento, e designe, entre os servidores dos órgãos ou das entidades da administração pública estadual, o pregoeiro, com capacitação específica, e sua equipe de apoio.

2.3.2 Em **segundo lugar**, conforme o disposto nos inc. II e III do referido dispositivo legal, a definição do objeto deve ser precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem a competição, devendo constar ainda nos autos do procedimento, a justificativa das definições do objeto e os elementos técnicos que as fundamentam, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.

2.4. Conforme dito outrora a solicitação foi feita pela Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parceiras (0155471), autorizada pelo Subdefensor Público-Geral, (0176101).

2.5. Com efeito, percebe-se que o objeto da licitação e o quantitativo necessário foram definidos pelo solicitante no documento 0173872, Termo de Referência.

2.6. Para pesquisa de preços foi realizada a Coleta de Preços através do sistema SIAD sendo a solicitação recebida por 57 empresa, sem nenhum retorno (0155489 e 0155490). Posteriormente, foram colhidos orçamentos através da pesquisa em sítios eletrônicos (0173852, 0173857, 0173861, 0175861 e 0175874), constando ainda manifestação do setor demandante sobre a questão (Memorando 61 / nº 048/2023 CooProC/DPMG (0173809) e Informação Correção de orçamento 3 (0175828))

2.6.1. Assim, foi obtido a mediana de preços constante dos mapas comparativos de preço - detalhado (0178991).

2.6.2 Ressalte-se que em face da publicação da Resolução Seplag nº 102, de 29 de dezembro de 2022, que *“Regulamenta o procedimento de pesquisa de preços para a aquisição de bens e a contratação de serviços em geral, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo”*, houve alteração do procedimento de pesquisas de preços, bem como do valor de referência a ser considerado para as contratações ou compras.

2.6.3. Saliente-se que por força da autonomia da DPMG a mesma não está subordinada as normas aplicáveis ao Poder Executivo. No entanto, em razão da Instituição utilizar o Portal de Compras do Estado que, de toda sorte, segue os normativos do Poder Executivo, tais alterações estão sendo aplicadas aos seus procedimentos licitatórios.

2.7. Em seguida o processo fora cadastrado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, tendo-se obtidos os relatórios constantes no I.D. 0178991

2.8. Arrematando, observa-se a existência de declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, preenchida pelos setores competentes (0176101).

2.9. No que tange à minuta do ato de autorização para a realização de licitação na modalidade pregão (0179033) verifico que foram expostos os motivos e as razões de direito para realização do pregão.

2.10. Passa-se a analisar a regularidade jurídica da minuta de edital apresentada (0180665), para verificar sua consonância com o art. 40 da Lei 8.666/93.

2.11. Observa-se que o edital contém no preâmbulo a indicação de que o certame está sendo realizado pela DPMG, a modalidade, o tipo da licitação e menção a legislação que

rege a licitação

2.12. Posteriormente, o edital disciplina nas Disposições Preliminares sobre o local, dia e hora para recebimento das propostas, bem como para início da abertura da sessão do pregão.

2.12.1. Ressalta-se, no ponto, ser necessária a observância das datas a constarem desta cláusula para que seja resguardado o prazo mínimo de oito dias úteis entre a publicação do aviso da licitação e a data fixada para apresentação das propostas, conforme determina o art. 9º, IV, da Lei Estadual nº 14.167/2002 e art. 25 do Decreto Estadual nº 48.012/2020.

2.13. Constam ainda do edital, cumprindo o que determina a legislação pertinente: a) o objeto da licitação; b) as condições de participação no certame; c) os locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto; d) os critérios para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos; e) as condições de pagamento; f) as instruções e normas para os recursos previstos em Lei; g) as sanções para o caso de inadimplemento; h) prazo e condições de recebimento do objeto da licitação, i) Lei Geral de Proteção de Dados.

2.13.1. Registre-se que em relação ao item 10, Habilitação, subitem 10.9 qualificação econômico financeira, verifica-se que não se exigiu o balanço patrimonial, o que pode ser realizado, conforme entendimento desta Assessoria no Parecer Jurídico 059/2020, acolhido integralmente pela Subdefensora Pública-Geral à época, no qual restou autorizada *“a dispensa do balanço patrimonial nas licitações com entrega imediata, baixo vulto ou que não resulte em consequências inoperantes à execução do objeto que se pretende contratar.”*. A dispensa do balanço restou confirmada através do Memorando 757 (0179047).

2.14. No que tange à minuta do ato de dispensa do instrumento contratual (0180664) verifico que foram expostos os motivos e as razões de direito para a dispensa do instrumento contratual.

2.15. Além disto, cumpre salientar que se exige, das autoridades administrativas competentes para a realização dos atos relacionados ao procedimento licitatório, a condução de suas atividades em conformidade com os princípios aplicáveis à licitação, bem como os que regem a Administração Pública em geral, previstos constitucionalmente (art. 37), especialmente o da supremacia e indisponibilidade do interesse público, o da impessoalidade, o da moralidade e da probidade administrativa.

2.16. Outrossim, tratando-se de processo licitatório, a aplicação da Lei n.º 8.666/93 é exigida, subsidiariamente, por tratar de normas gerais que se aplicam ao âmbito das unidades federativas. Em especial, a observância do art. 38, que dispõe sobre das fases procedimentais e dos documentos que deverão ser juntados, oportunamente, ao processo administrativo.

2.17. Especial atenção deve ser conferida à documentação exigida para a habilitação, constantes genericamente do arts. 27 a 33, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como dos decretos estaduais pertinentes e ao tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas, consoante disposições da Lei Complementar nº 123/2006.

2.18. Derradeiramente, impende frisar, conforme mencionado anteriormente, a

análise que ora se procede da minuta do edital é puramente jurídica, perpassa pela análise da conformidade do texto com o ordenamento jurídico, em especial com os requisitos da Lei nº 8.666/93.

III – CONCLUSÃO

3.1. Do exposto, consoante as razões anteriormente expostas, **concluo pela regularidade jurídica do procedimento administrativo em análise**, em especial da realização da licitação na modalidade pregão eletrônico, processo nº 171/2023, **para à aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante**.

3.2 Da mesma forma, opino pela regularidade da minuta de autorização para realização do pregão (0180665) e a minuta de dispensa do instrumento de contrato (0180664)

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2023

Priscila Newley Kopke
MASP 7.000.477-5



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, **Assessora Jurídica**, em 30/11/2023, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0180844** e o código CRC **8CEFC0AF**.



Ata de pregão-

Órgão ou entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Ata nº 1 da sessão do Pregão eletrônico - Processo de compras nº 1441003 000171/2023.

Às 10:03:34 horas, do dia 21 de Dezembro de 2023, reuniram-se no site www.compras.mg.gov.br, o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão para aquisição de Aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante, de acordo com condições estabelecidas no Termo de Referência..

O Pregoeiro conduziu a sessão de pregão, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; na Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002; no Decreto Estadual nº 46.311, de setembro de 2013; subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e no edital do referido pregão e anexos.

Resultado da sessão pública

Fornecedores participantes

Porte da empresa	Fornecedor	Representante	Foi credenciado
Pequena	41.180.809/0001-20 - GLOBAL INDUSTRIAS LTDA	PEDRO HENRIQUE SOUSA FERREIRA	Sim
Micro	08.492.145/0001-69 - RADC SERVICOS LTDA	REGINALDO SALES BARBOSA	Sim
Micro	19.814.481/0001-05 - SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL, COMERCIO, SERVICOS E TELECOMUNICACOES LTDA	PEDRO HENRIQUE DE ABREU CUNHA	Sim

Lote: 1

Descrição:

Lote único.

Regra de participação: Exclusiva para ME/EPP

Situação: Manifestação de intenção de recurso concluída

Nº do item no lote: 1

Nº do item no processo: 1

Código do item: 001915150

Tipo: Material

Especificação do item:

TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - MATERIA-PRIMA: NYLON 100% POLIAMIDA; DIMENSOES: 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO); ESPESSURA: 0,50 MM; MOTOR: 1/3 KVA DE FORCA; TENSAO: 220V;

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE

Quantidade: 3

Propostas:

Fornecedor:

08.492.145/0001-69 - RADC SERVICOS LTDA

Identificação do fornecedor: F000113**Situação da proposta:** Classificada**Valor total:** R\$ 48.000,00**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no processo:** 1**Código do item:** 001915150**Tipo:** Material**Especificação do item:**

TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - MATERIA-PRIMA: NYLON 100% POLIAMIDA;
DIMENSOES: 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO); ESPESSURA: 0,50 MM;
MOTOR: 1/3 KVA DE FORCA; TENSAO: 220V;

Similar: Não**Unidade de aquisição/fornecimento:** UNIDADE**Marca:** bh lonas**Modelo:** bh lonas**Quantidade:** 3,00**Valor unitário:** R\$ 16.000,0000**Valor total:** R\$ 48.000,00**Fornecedor:**

19.814.481/0001-05 - SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL, COMERCIO, SERVICOS E TELECOMUNICACOES LTDA

Identificação do fornecedor: F000126**Situação da proposta:** Classificada**Valor total:** R\$ 90.000,00**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no processo:** 1**Código do item:** 001915150**Tipo:** Material**Especificação do item:**

TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - MATERIA-PRIMA: NYLON 100% POLIAMIDA;
DIMENSOES: 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO); ESPESSURA: 0,50 MM;
MOTOR: 1/3 KVA DE FORCA; TENSAO: 220V;

Similar: Não**Unidade de aquisição/fornecimento:** UNIDADE**Marca:** Própria**Modelo:** Própria**Quantidade:** 3,00**Valor unitário:** R\$ 30.000,0000**Valor total:** R\$ 90.000,00**Fornecedor:**

41.180.809/0001-20 - GLOBAL INDUSTRIAS LTDA

Identificação do fornecedor: F000128**Situação da proposta:** Classificada**Valor total:** R\$ 21.000,00**Nº do item no lote:** 1**Nº do item no processo:** 1**Código do item:** 001915150**Tipo:** Material**Especificação do item:**

TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - MATERIA-PRIMA: NYLON 100% POLIAMIDA;
DIMENSOES: 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO); ESPESSURA: 0,50 MM;
MOTOR: 1/3 KVA DE FORCA; TENSAO: 220V;

Similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE

Marca: PROPRIA

Modelo: TENDA INFLAVEL

Quantidade: 3,00

Valor unitário: R\$ 7.000,0000

Valor total: R\$ 21.000,00

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor Total (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
21/12/2023 10:33:41	19.814.481/0001-05 - SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL, COMERCIO, SERVICOS E TELECOMUNICACOES LTDA	R\$ 29.400,00	Não
21/12/2023 10:30:13	41.180.809/0001-20 - GLOBAL INDUSTRIAS LTDA	R\$ 20.400,00	Não

Aceitação de proposta

Data / hora	Evento
21/12/2023 10:53:23	A proposta do fornecedor 41.180.809/0001-20 - GLOBAL INDUSTRIAS LTDA foi aceita, pelo valor total de R\$ 20.400,00.

Habilitação de fornecedor

Data / hora	Evento
21/12/2023 10:59:33	O fornecedor GLOBAL INDUSTRIAS LTDA foi habilitado, de acordo com as exigências do edital.

Intenção de recurso

Data / hora	Evento
-	Concedido o prazo de manifestação de intenção de recurso, conforme preconiza o artigo 44 do Decreto nº 48.012/2020, nenhum licitante manifestou a intenção de interpor recurso.

Mensagens de chat

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
21/12/2023 11:11:19	Pregoeiro	Todos	Qualquer contato será feito por email ou telefone
21/12/2023 11:11:08	Pregoeiro	Todos	Sessão encerrada!
21/12/2023 11:10:56	Portal de compras	1	O cadastramento de manifestações de intenção de recurso foi finalizado em 21/12/2023, às 11:10. Não houve intenção manifestada pelos fornecedores participantes do lote.
21/12/2023 10:59:55	Pregoeiro	Todos	Iniciado periodo para manifestação de recurso

Data / hora	Remetente	Lote	Mensagem
21/12/2023 10:59:39	Portal de compras	1	O lote foi habilitado para cadastramento de manifestações de intenção de recurso em 21/12/2023, às 10:59.
21/12/2023 10:59:33	Portal de compras	1	O fornecedor 41.180.809/0001-20 - GLOBAL INDUSTRIAS LTDA, cuja proposta foi aceita, foi habilitado para esse lote.
21/12/2023 10:53:23	Portal de compras	1	A proposta do fornecedor 41.180.809/0001-20 - GLOBAL INDUSTRIAS LTDA para esse lote foi aceita. O valor final da proposta foi 20.400,00.
21/12/2023 10:53:23	Portal de compras	1	A etapa de negociação foi concluída e por isso, o prazo para envio do arquivo de negociação da proposta foi finalizado para todos os fornecedores.
21/12/2023 10:40:01	Portal de compras	1	O fornecedor F000128 enviou o novo arquivo de proposta.
21/12/2023 10:38:49	Fornecedor F000128	1	Bom dia, irei enviar.
21/12/2023 10:37:39	Pregoeiro	Todos	Prezado F128 favor enviar a proposta ajustada
21/12/2023 10:37:17	Portal de compras	1	Fornecedor F000128 favor acessar o lote 1 e enviar o novo arquivo de proposta.
21/12/2023 10:36:59	Portal de compras	1	Sessão de disputa fechada concluída para esse lote.
21/12/2023 10:31:59	Portal de compras	1	A etapa de lances fechados foi iniciada. Os fornecedores F000128, F000113 e F000126 foram convocados para participação dessa etapa e terão 05 (cinco) minutos para envio de novo lance.
21/12/2023 10:31:46	Portal de compras	1	TEMPO RANDÔMICO concluído para esse lote. A sessão de lances está encerrada. A qualquer momento a etapa Fechada poderá ser iniciada.
21/12/2023 10:30:52	Fornecedor F000128	1	Bom dia
21/12/2023 10:22:13	Portal de compras	1	TEMPO RANDÔMICO iniciado para esse lote.
21/12/2023 10:07:13	Portal de compras	1	A sessão de lances para esse lote foi iniciada.
21/12/2023 10:04:54	Pregoeiro	Todos	Srs. Fornecedores, a partir deste momento irei abrir as propostas comerciais. Aguardem.
21/12/2023 10:04:42	Pregoeiro	Todos	Bom dia Srs. Fornecedores! Sou a Pregoeira Bárbara de Araújo Meireles, estamos iniciando a sessão deste certame em nome da Defensoria Pública de Minas Gerais. Agradecemos a todos pela participação e desejamos uma boa sorte.
21/12/2023 10:03:34	Portal de compras	Todos	A sessão do pregão foi iniciada.

Ocorrências relevantes

Atuações de pregoeiros durante a sessão do pregão

Data / hora	Pregoeiro anterior	Novo pregoeiro
21/12/2023 10:03:34	-	M1213889 - BARBARA ARAUJO MEIRELES

BARBARA ARAUJO MEIRELES - Pregoeiro Titular

HELBERT BRUNO PAULINO LOURENCO - Pregoeiro Suplente

Equipe de apoio

Regiane Salgueiro de Freitas.



Termo de conclusão do pregão

Órgão ou entidade:

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade: DPMG / COMPRAS E CONTRATOS

Pregão eletrônico - 1441003 000171/2023

Às 17:05:53 horas do dia 22 de Dezembro de 2023, após constatadas as regularidades dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. (a) RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS homologa e conclui o pregão para aquisição de Aquisição de tendas infláveis promocionais para atender ao Projeto Defensoria Pública Itinerante, de acordo com condições estabelecidas no Termo de Referência..

Resultado do pregão

Lote: 1

Descrição:

Lote único.

Situação: Homologado

Regra de participação: Exclusiva para ME/EPP

Adjudicado pelo(a):

Pregoeiro

Para:

41.180.809/0001-20 - GLOBAL INDUSTRIAS LTDA

Valor total do lote: R\$ 20.400,00

Nº do item no lote: 1

Nº do item no processo: 1

Código do item: 001915150

Tipo: Material

Especificação do item:

TENDA INFLAVEL PROMOCIONAL - NYLON 100% POLIAMIDA 5 X 5 X 3 COMP X LARG X ALTURA (MAXIMO) 0,50 MM 1/3 KVA DE FORCA 220V 001915150

Possui similar: Não

Unidade de aquisição/fornecimento: UNIDADE

Marca: PROPRIA

Modelo: TENDA INFLAVEL

Quantidade: 3

Valor unitário: R\$ 6.800,0000

Valor total: R\$ 20.400,00

De um total de 1 lote, foi obtido:

	Quantidade	Porcentagem (%)
Lotes adjudicados	1	100,00 %
Lotes desertos	0	0,00 %
Lotes fracassados	0	0,00 %
Lotes revogados	0	0,00 %
Lotes anulados	0	0,00 %
Lotes homologados (adjudicados, desertos, fracassados)	1	100,00 %

(*) Os valores indicados com esse símbolo indicam valores que foram negociados com o fornecedor após a conclusão da sessão de lances.

(º) Os valores indicados com esse símbolo indicam valores onde ocorreu a dedução do ICMS de acordo com a Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº. 4264, de 21 de outubro de 2010.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS